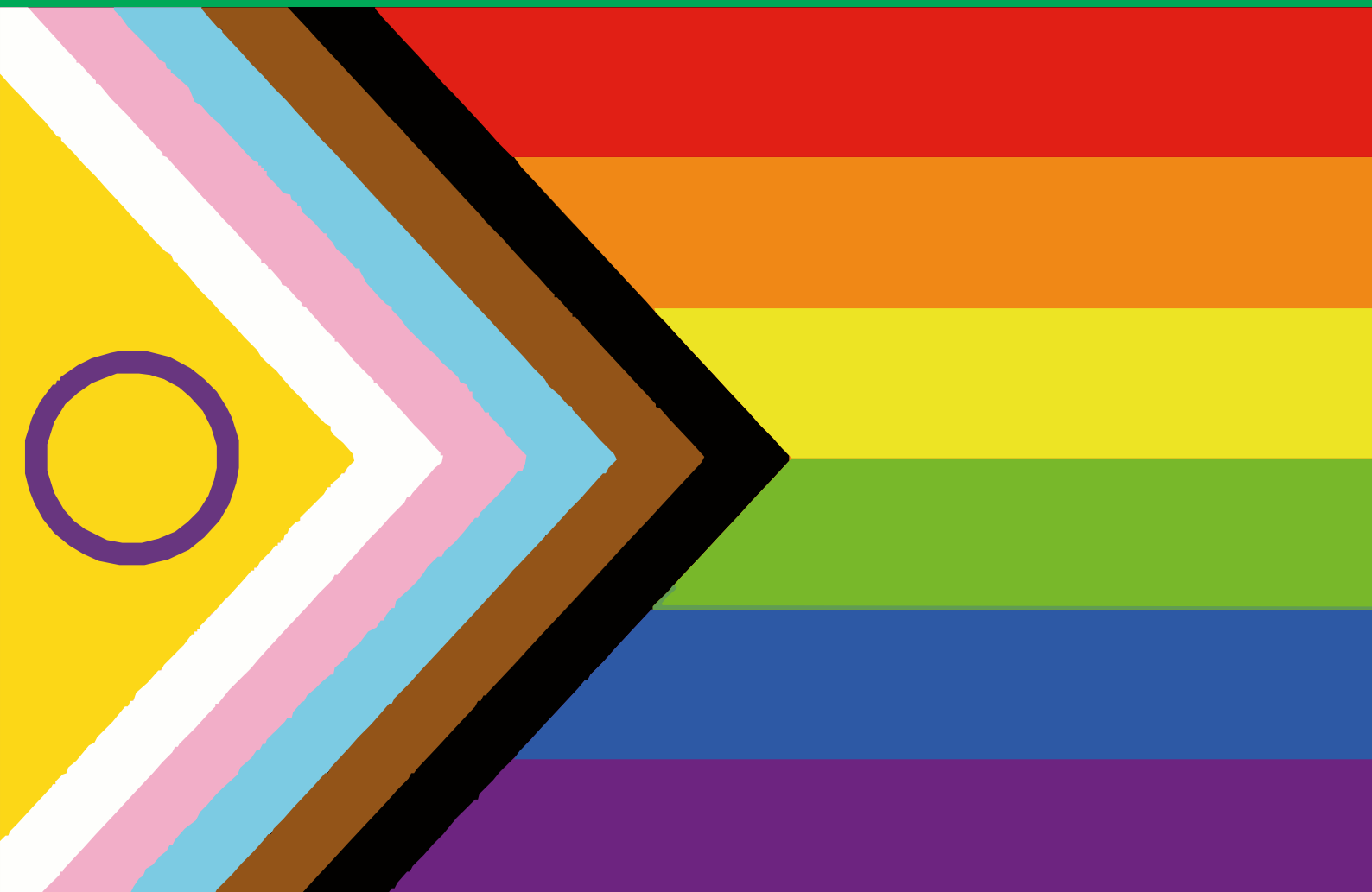
# PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PESQUISADORIES LGBTQIA+ E ALIADES NO BRASIL

## PANORAMA 2024-2025

Organização

Alexandre Bortolini
Bruna Andrade Irineu
Caia Maria Coelho
Cello Latini Pfeil
Cláudia Reis dos Santos
Djonatan Kaic Ribeiro de Souza
Jaqueline Gomes de Jesus
Leonardo Morjan Brito Peçanha
Marco José de Oliveira Duarte
Milena Carlos de Lacerda
Paula Regina Costa Ribeiro



# PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PESQUISADORIES LGBTQIA+ E ALIADES NO BRASIL

## PANORAMA 2024-2025

Organização

Alexandre Bortolini
Bruna Andrade Irineu
Caia Maria Coelho
Cello Latini Pfeil
Cláudia Reis dos Santos
Djonatan Kaic Ribeiro de Souza
Jaqueline Gomes de Jesus
Leonardo Morjan Brito Peçanha
Marco José de Oliveira Duarte
Milena Carlos de Lacerda
Paula Regina Costa Ribeiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Produção científica de pesquisadories LGBTQIA+ e aliades no Brasil [livro eletrônico] : panorama 2024-2025. -- Brasília, DF : ABETH, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-984692-1-4

1. Ciências sociais 2. Gênero e sexualidade 3. LGBTQIA+ - Siglas 4. Pesquisa 5. Pessoas transgênero - Identidade I. Título.

26-327899.1 CDD-304.62

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Gênero e sexualidade : Aspectos sociais : Sociologia 304.62

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

# Apresentação

Desde 2001, a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH) organiza congressos regionais, nacionais e internacionais que têm por objetivo criar espaços de interlocução entre pesquisadories do campo dos estudos de gênero e sexualidade. Esses encontros foram e seguem sendo um importante incentivo aos estudos e às pesquisas nessas temáticas, dando visibilidade a expressões e discursos sobre as sexualidades e gêneros não normativos dentro do campo científico brasileiro.

De 25 a 30 de novembro de 2025, a ABETH realizou o seu XII Congresso Internacional, reunindo pesquisadories LGBTQIA+ e aliades de todo o Brasil e de outros países em Brasília. As atividades ocorreram no Museu Nacional da República, na Universidade de Brasília (UnB) e no Instituto Federal de Brasília (IFB). O congresso contou com mais de 900 pessoas inscritas nas atividades acadêmicas e formativas e cerca de 350 credenciadas presencialmente.

A programação do evento foi composta por cinco dias de atividades. Foram realizadas ao todo 14 mesas-redondas, 34 sessões orais de apresentação de trabalhos, 3 rodas de conversa, 17 minicursos e 7 painéis, além de vários lançamentos de livros. A programação incluiu ainda a Assembleia Geral da ABETH e a Conferência Internacional da pesquisadora Sayak Valencia, consolidando o caráter acadêmico, político e formativo do congresso.

Como parte da programação do 12o Congresso Internacional da ABETH foi realizado o Simpósio Nacional sobre Saúde Mental de Pessoas LGBTQIA+: Pesquisa, Ativismos e Políticas Públicas. O evento reuniu uma programação dedicada especialmente ao tema. O congresso abrigou também o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores em Gênero, Sexualidade e Diversidade, com atividades específicas voltadas ao debate entre pesquisa, ativismo e políticas públicas em educação.

O congresso promoveu ampla difusão de conhecimento científico, acadêmico e político ao reunir pesquisadories, docentes, estudantes e profissionais de diversas regiões do país, possibilitando a socialização de pesquisas, práticas pedagógicas, experiências institucionais e produções teóricas no campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Parte desta produção está agora registrada neste livro. Dos mais de 400 trabalhos submetidos, trazemos aqui 113 textos completos, reunindo apresentações de pesquisa e relatos de experiência nas mais diversas áreas. Essa pequena amostra evidencia quanto conhecimento científico segue sendo produzido por pessoas LGBTQIA+ e aliadas, nas instituições de pesquisa e nos movimentos sociais. Um conhecimento produzido por nós e construído sobre bases epistemológicas desenvolvidas a partir do lugar das dissidências sexuais e de gênero. Um conhecimento poderoso, que nos permite não só construir uma leitura própria do mundo, mas também nos dá ferramentas para transformar este mundo.

Boa leitura!

Alexandre Bortolini
Bruna Andrade Irineu
Caia Maria Coelho
Cello Latini Pfeil
Cláudia Reis dos Santos
Djonatan Kaic Ribeiro de Souza
Jaqueline Gomes de Jesus
Leonardo Morjan Brito Peçanha
Marco José de Oliveira Duarte
Milena Carlos de Lacerda
Paula Regina Costa Ribeiro

## Sumário

Acesso à saúde e vínculo terapêutico no acompanhamento de travestis: um relato de experiência do Ambulatório LGBTQIA+ do HUB-UnB
Isaac de Sousa Lima . Guilherme Veiga Fonseca . Gustavo Oliveira Silva Santana .....14

Agenda LGBTQIA+ e Tecnologia: Uma Análise de Produções da Sociedade Civil Global (2018-2023)
Letícia Sakihama de Menezes Hora.....23

Amor por Princípio: uma bandeira de afeto e pertencimento na arte contemporânea brasileira
Fernando Hisatoni Pericin . Denise Camargo.....46

Análise das conferências nacionais dos direitos das pessoas LGBTI+ no Brasil
Beatriz Elena Barud Silva . Éder Rodrigo Gimenes . Hebert de Paula Giesteira Villela ....55

Árido é o coração da ignorância: Um olhar transmasculino sobre a peça "Agreste (Malva-Rosa) de Newton Moreno
Ralph Duccini.....83

Autistas transexuais: sim, eles e elas existem e precisam de visibilidade
Marcos Mauricio Gondim Gomes ..... 107

Avaliação de um treino de competência cultural em psicoterapia
Natália Sasdelli Leite . Denis Zamignani..... 129

A atuação do/a assistente social no espaço sócio-ocupacional da saúde frente a demandas de uma pessoa LGBTQIAPN+ universitária. Um relato de caso
Maria Eduarda Ferreira Nobre . Camila Lima Nogueira ..... 153

A Constituição Brasileira de 1988 no “armário jurídico” de Eve Kosofsky Sedgwick
Kaio Figueiredo Salvador . Francisco Quintanilha Veras Neto ..... 165

A “queerificação” das construções homoeróticas sob perspectiva da literatura brasileira: um estudo comparado de três romances
Leandro Stephan ..... 183

A máscara e a face: entre o véu e a revelação
Laura Calais Silva . Adair Marques Filho . João Dantas dos Anjos Neto ..... 196

A saúde mental da população LGBTQIA+ e as barreiras de acesso à justiça
Gabriela Cardoso dos Santos ..... 224

A Sodomia sai do Armário, vai ao Açoite, atravessa as Labaredas da Inquisição Seiscentista Cristã Tupiniquim, resiste à AIDS e desafia a Pauta dos Costumes
Marcus Alberto Moura Maciel ..... 238

A Violência (In)visível: LGBTQIANP+ e de gênero nas escolas de Curitibanos
Eloir Gorges . Mareli Eliane Graupe ..... 257

A Visão em Des-foco: corpo, ambivalência e crítica feminista na experiência cinematográfica
Aryanne Araújo ..... 263

A visibilidade do laboratório de direitos humanos, gênero e sexualidade (LADIHGES)
Douglas Verbicaro Soares ..... 280

As legislações sociais de combate à lgbtifobia em Fortaleza/CE: os dilemas para a Justiça Social LGBTQIA+
Tibério Lima Oliveira ..... 298

As performances do amor: camões em diálogo com o poema diversidade de Braulio Bessa em contextos contemporâneos LGBTQIAPN+
José Ariosvaldo Alixandrino . Maria Aparecida Rodrigues ..... 318

Chamado ou refúgio? A atração dos conventos para meninos gays sob a lente da narrativa autobiográfica
Francisco Rodrigo Paiva dos Santos . Martinho Tota . Marco Tulio Aguiar Mourão Ribeiro . Tatiana Monteiro Fiuza ..... 336

Comportamento político LGBT+ e qualidade da democracia: desafios e perspectivas de pesquisa
Éder Rodrigo Gimenes ..... 354

Corpo, Estética e Existência: Uma Leitura Fenomenológica e Existencial sobre Procedimentos Estético-Corporais na Contemporaneidade
Leonardo Valesi Valente . Vitória Maria de Sá de Sousa . Federico Guillermo Hansen Guzmán Junior . Larissa Louback . Camille Vitória de Oliveira Alves ..... 379

Corpos em devir: uma cartografia da performance Drag Queen como montação estético-política em Florianópolis – SC
Charles Augusto Christ . Rogério Machado Rosa . Adriano Beiras ..... 391

Cisnormatividade como "substrato fértil" para o pânico moral conservador
Ursula Boreal Lopes Brevilheri ..... 420

Criança queer na educação infantil: é preciso estranhar o apagamento
Danielle Ferreira Bastos ..... 433

Curricularização da Extensão e a Interseccionalidade de Gênero, Diversidade e Raça em CTEM: relato de experiência
Michelle Sato Frigo ..... 446

Desacordos monstruosos: sobre monstruosidade, desacordos profundos e transgressões de gênero
Bruno Latini Pfeil . Cello Latini Pfeil ..... 455

(Des)construção de gênero, saúde mental e a atenção multiprofissional
Maria Regina Bortolini . Gustavo da Silva Gomes ..... 473

Direito à cidade:  Design, gênero e resistência lésbica
Aline Lopes Corrêa Rosa . Felipe Grassine de Oliveira ..... 495

Discursos de ódio em gênero e sexualidade: Educação conservadora no Facebook
Aldo Cativo da Silva Filho ..... 516

Dissidências sexo-gênero panfletadas:etnografia de uma produção em desvio na cidade
Thales L. Aquino ..... 538

Docência e masculinidades na educação de crianças
Márcio Vinicius Mileski de Seixas . Leandro Teofilo de Brito ..... 555

Elaboração de Oficinas de Educação Permanente em Saúde (EPS) para a APS com Enfoque na Saúde LGBTQIAPN+
Gil Leonhardt Ramos . Camila Guaranha . Iuday Motta Gonçalves ..... 567

Em busca da terra dos sonhos: reflexões e atravessamentos sobre a produção de resistências da população LGBTQIAPN+ rural
Jeam Claude de Souza Gomes ..... 577

Empregabilidade e geração de renda para população LGBTI+: um relato de experiência sobre o Empodera+ no Estado do Ceará
Larissa Ferreira Nunes . Mitchelle Meira Benevides ..... 601

Empregabilidade e inserção de pessoas trans no mercado de trabalho: aspectos psicossociais
Raquel Couto Mota . Leonardo Braga Elek . Naísa Fontes de Assis dos Anjos . Victor Machado Cipriano . Reivani Chiste Zanotelli Buscacio ..... 621

Entre abjeções e invasões de espaço: o discurso do trans panic e a ONG Minha Criança Trans
Luíza Eduarda dos Santos . Saraí Patrícia Schmidt ..... 636

Entre dados e corpos: a resistência trans nas redes algorítmicas
Noah Souza Rosa ..... 656

Entre ética e invisibilidade: reflexões ético-políticas ao Serviço Social frente aos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais e pessoas trans
Eros Rosado Pereira de Souza . Mariana Costa Carvalho ..... 670

Entre masculinidades e noção de capital na docência: notas autoetnográficas de um professor trans na periferia de Fortaleza (CE)
João Gomes Luiz..... 700

Entre o reconhecimento e o "mero aborrecimento": análise das decisões das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia sobre a configuração de dano moral pela utilização do nome morto de pessoas trans
José Marcelo Matos de Almeida Filho . Ísis Ricardo Ribeiro Santos . Caynã de Souza Mendonça..... 730

Estágio Docência em Relações de Gênero e Serviço Social: contribuições para a formação acadêmica
Matheus Andrade de Moraes..... 747

Estudo sobre a presença das mulheres na educação jurídica brasileira
Douglas Verbicaro Soares ..... 758

Extensão como prestação de serviços: oportunidades de formação com o movimento LGBTIA+
Catarina Dallapicula . Priscila Rezende Moreira . Amanda Luíza Santos Teixeira . Aruanã de Oliveira Silva . Ledianne da Silva Campos ..... 774

Famílias Homoparentais na Educação: disputas conceituais e desafios pedagógicos
Noeli Aparecida Fernandes . Daniela Finco ..... 780

Gênero, sexualidade e docência na favela: um olhar interseccional na educação física escolar
Mariane de Almeida Bahiana . Leandro Teófilo de Brito ..... 799

Gênero, Sexualidade e Esporte Escolar: análise das relações no contexto de uma escola vocacionada para os esportes
Giovanna Trotte Caloiero . Leandro Teófilo de Brito ..... 822

Gepce/minorias um grupo de pesquisa levantando poeira no cerrado e abrindo picadas na Amazônia nortista
Damião Rocha . Marcos Irondes Coelho ..... 848

Gozo e sangue: homoerotismo e violência às margens da criação
Leandro Sousa Alves ..... 874

Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP+) e sua atuação no IFRJ Campus Realengo
Michelle Guiot Mesquita . Jennifer Nascimento Queiroz . Larissa Simião Bastos de Quadros . Thiago dos Santos Mantuano . Beatriz Alves dos Santos ..... 889

Homens terapeutas que atuam com crianças com deficiência: masculinidades, cuidado e educação de crianças em debate
Adriano Ribeiro Lopes . Leandro Teofilo de Brito ..... 896

Histórias de vida de lideranças do Movimento LGBTQIA+ brasileiro
Cleyton Feitosa Pereira ..... 922

Identidade e Ideologia: a representatividade do negro gay na política brasileira contemporânea
Tiago Damasceno Pereira ..... 940

Inação como resposta: as demandas em políticas públicas para LGBTI+s e o necropoder em voga
Natã Sousa Coutinho ..... 961

Interior da Bahia em cena: Coletivo POC como instrumento pedagógico para os debates de gênero e sexualidade
Felipe Souza Bonfim . Jonathan Soares de Castro ..... 978

Interseccionalidade, Teoria Transviada e currículos escolares: raça como base da experiência da abjeção
Lorenzo dos Santos Konageski ..... 993

(In)visibilidades Não-Binaries: Práticas de cuidado nas margens do sistema sexo-gênero
Anselmo Clemente . Ayrton de Queiroz Alves Barros . Lanna Carolyna Vieira da Costa . Juliana Sampaio . Sérgio Resende Carvalho ..... 1011

Judas Queer: Lady Gaga e Marcela Althaus-Reid borrando as fronteiras entre fé, desejo e marginalidade
Bruno Nascimento de Souza . Jonathan Oliveira Monteiro ..... 1032

Judiciário Brasileiro e os caminhos para Protocolo para Julgamento com Perspectiva LGBTI+
Caroline Luíza Mittmann . Leandro Franklin Gorsdorf ..... 1049

Letramento LGBTQIA+: Experiências de educação em saúde na promoção de cidadania
Gleydson Felipe Duque de Paiva ..... 1070

Linguagem não-binária como resistência: disputas discursivas e reações da Linguística no Brasil
Gustavo José B. Paraiso . Iran Ferreira de Melo ..... 1076

Livro de Culpas de Sodomia da Inquisição de Coimbra: estudo de caso de uma confissão em 1695
Mário Gomes Ferreira . Catarina Dallapicula ..... 1093

Luxúria em Pindorama: as políticas da Coroa Portuguesa e o controle de corpos e sexualidades indígenas durante o período do Brasil Colônia
Carlos Eduardo Martins Silva ..... 1102

Masculinidades em crise: trauma, HIV/AIDS e os desafios da normatividade de gênero
Matheus Ferreira de Castro ..... 1130

Movimento LGBTI+: da construção de espaços seguros à institucionalização
Beatriz Elena Barud Silva
Éder Rodrigo Gimenes ..... 1140

Narrativas trans: da dor à luta por reconhecimento
Manuella Paiva de Holanda Cavalcanti . Eden Erick Hilario Tenório de Lima ..... 1164

Narrativas urbanas dissidentes e epistemologias críticas: reflexões queerificadas a partir do Habitar en Igualdad em La Rioja (Argentina)
Yuri Nascimento Paes da Costa . Carlos Henrique Magalhães de Lima ..... 1178

New Queer Cinema como instrumento de diplomacia cultural dos EUA: impactos nos debates sobre direitos humanos no Brasil
Guilherme Rabel ..... 1207

Nome social e as implicações do não uso em órgãos públicos: uma leitura crítica do comportamento social e jurídico no brasil
Jéssica dos Santos Diniz Ventura ..... 1236

Nossas vidas na universidade: uma análise das transformações que provocamos a partir da leitura discursiva de teses e dissertações
Leandro da Silva Gomes Cristóvão ..... 1254

O humor como estratégia para o discurso didático sobre a homoafetividade em charges do Lampião da Esquina
Régis Tardocchi ..... 1281

Patologização dos corpos dissidentes: processos de marginalização do corpo gordo no capitalismo ultraneoliberal
Júlia Spigolon Xavier . Bruna Andrade Irineu ..... 1297

Perfil socioeconômico das(os) discentes trans assistidas(os) pela Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Iago Henrique Fernandes de Sousa Moura ..... 1315

Pessoas trans nos esportes paralímpicos: uma pesquisa documental sobre as normas vigentes
Ana Caroline Valeriano Silveira Simões . Catarina Dallapicula . Beatriz Magalhães Pereira ..... 1343

Peter Jackson em uma Noite de Estrelas: uma Maré de memórias e resistências LGBTIA+ na favela
Bruno Nascimento de Souza ..... 1353

Políticas de ações afirmativas, inclusão e saúde mental de pessoas LGBTQIA+ na universidade: reflexões a partir da UFOP
Jucenilton Alves dos Santos . Marco Antônio Torres ..... 1374

População LGBTQIAPN+ frente à Hegemônica Cultura Conservadora no Brasil
Matheus Andrade de Moraes ..... 1395

Por uma gestão com orgulho: vivências LGBTQIAPN+ no Governo do Rio Grande do Norte
Pedro Henrique Bezerra de Farias . Jeam Claude de Souza Gomes ..... 1416

"Posso usar meu nome social?"- A violação do reconhecimento de identidade de gênero e sexualidade dentro do Sistema Prisional Brasileiro
Julia Silvestre ..... 1429

Potência de ação frente ao sofrimento ético-político na escolarização da juventude trans
Julia Silvestre ..... 1442

Problemáticas de uma formação insuficiente: gêneros e sexualidades no espaço escolar
Luiz Otavio Ferreira da Luz ..... 1461

Processos de transcriação LGBTI no tentacle porn
Noah Cidreira Ribeiro ..... 1476

Professor, e aquele filme pornô que o senhor trouxe? A construção do discurso de jovens sertanejos a partir de uma experiência fílmica e literária no sertão do RN
Hugo Carvalho Villa Maior ..... 1497

Psicanálise e gênero: construindo uma clínica de multidões de minorias
Lorena Lopes de Freitas Dias . Evandro de Quadros Cherer ..... 1504

Quando o ensino adoece: violência institucional contra uma bicha não binária no percurso da Psicologia
Ale Attia ..... 1519

Quem pode ser um twink?: O enquadramento contraditório da masculinidade "Twink" como subordinada e cúmplice no site Pornhub
Bernardo da Cruz de Souza ..... 1525

Reflexões sobre uma atuação não estigmatizante da Psicologia nas Políticas de Saúde Sexual: a partir das práticas sexuais de barebacking
Matheus Silva de Oliveira . Arthur Leôncio Corsini Lello . Rafael Hostalácio Andrade Corrêa . Paula Rita Bacellar Gonzaga ..... 1546

Relacionamentos sáficos e a Inquisição no século XVI: relatos do Brasil em 1593
Mário Gomes Ferreira . Catarina Dallapicula . Dostoiewsky Americano do Brasil . Arley Bruzinga de Paula . Moisés Fonseca de Souza ..... 1575

(R)Existir é preciso: extensão universitária, interseccionalidade e pedagogia crítica no enfrentamento das opressões em Alagoas
Eden Erick Hilario Tenorio de Lima . Manuella Paiva de Holanda Cavalcanti . Luana Diógenes Holanda ..... 1589

(Re)Existir Lésbica no Ceará: Vivências, Estratégias e Enfrentamentos à Lesbofobia
Larissa Ferreira Nunes . João Paulo Pereira Barros . Mitchelle Meira Benevides..... 1598

Religião, masculinidades negras e docência: experiências de homens negros na educação infantil
Felipe de Carvalho Ferreira . Leandro Teófilo de Brito..... 1620

Sair do armário como ato político e resistência à cisheteronorma: experiências de revelação da identidade sexual
Higor Lopes Andrade . Evaldo Ferreira . Luciene Neves . Joseli Maria Silva ..... 1636

Saúde e cidadania: uma análise do atendimento destinado às mulheres lésbicas no Sistema Único de Saúde
Sulamita Jesus..... 1664

Serviço Social e Diversidade Sexual: um campo de intervenção para o Serviço Social nos Centros de Cidadania LGBTI+ do estado do Rio de Janeiro
Pedro Silva de Oliveira..... 1677

Sexo, Gênero e Direitos Humanos: Diálogo entre as Teorias Essencialista, Construcionista e Queer no Sistema Interamericano
Nilson Dias de Assis Neto..... 1695

Sindicalismo colorido? A pauta da diversidade sexual e de gênero nas lutas da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Eduardo Rezende Pereira..... 1714

“Só depois que homens pretos partem recebem homenagem, então não esperam carnaval pra festejar”: Masculinidades negras no movimento hip-hop
Andre Luiz das Graças de Sá . Leandro Teófilo de Brito ..... 1737

Sociabilidade e Coming-Out: Tessituras entre armários e vivências gays em dinâmicas interioranas
Gleydson Felipe Duque de Paiva . Marcos Antonio Ferreira do Nascimento..... 1760

'Sonhos de Mulheres Comuns': Análise da cobertura jornalística sobre passagem de Roberta Close por Cuiabá em 1984
Marcos Vinicios Fagunde Salesse ..... 1779

Teatro Dissidente: ação artística, política e educativa de desconstrução de gênero, sexo e sexualidade
Adenilson de Andrade Argolo ..... 1791

The Elder Scrolls IV: Oblivion Remastered: recepção e polêmica sobre representações de gênero
Filipe Lucca Morais de Araújo ..... 1805

Trajeto-Afeto: experiências em educação não-formal
Juliana Thomaz Batista ..... 1821

Trajetórias de uma pesquisa de mestrado: investigando as narrativas de mães de “adolescentes” trans que integram o projeto Famílias e Diferenças
Sarah Branco de Menezes . Juliana Lapa Rizza . Paula Regina Costa Ribeiro ..... 1829

Trajetórias de vida de pessoas não-binárias e deslocamentos epistêmicos na Psicologia do Desenvolvimento Humano
Isabella Alves Alencar de Araujo . Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira ..... 1850

Trajetórias e identidades: lésbicas eleitas após a Constituição de 1988
Kálita Vitória Menezes Fontes ..... 1867

Transexualidade e Desafios Para o Acesso e Permanência no Trabalho Formal: Uma Revisão Integrativa
Ricardo da Silva Pereira . Analuiza Batista Durand . Fabíola Martiniano da Silva . Juliana Sampaio ..... 1895

Transexualidades e Travestilidades no GT 23 da Anped
Bê Tymburibá Elian . Anna Paula Vencato ..... 1919

Transfobia estrutural, necropolítica e a ilusão da resposta penal
Daniel Ivonesio Santos ..... 1932

Travecações e transvessias com os cotidianos escolares: narrativas autobiográficas de uma professora travesti
Mikelly Simões Neponuceno . Leonardo Ferreira Peixoto ..... 1955

Uso prejudicial de substâncias entre pessoas LGBTQIAPN+: um relato de experiência do SEAD/HUB/UnB
Maria Vitória Rocha Marcelino . Cláudia Regina Merçon de Vargas . Guilherme Veiga Fonseca ..... 1965

Violência contra Mulheres: formação em gênero, raça e diversidade sexual na atenção primária à saúde
Cristina Vianna Moreira dos Santos . Maria-Letícia di Rodrigues Araujo ..... 1975

Violência Estatal: Pânico Moral contra sexualidades dissidentes no Governo Trump
Gustavo Carvalho Bernardes . Tibério Lima Oliveira ..... 1998

Vivências de sofrimento psíquico após tentativa de reorientação sexual conduzida por profissionais da psicologia
Mayara A. Cardoso . Laleska L. M. Alves . Ana Carolini Costa . Maria Cristina E. E. Stival ..... 2015

Vivências trans e os arquivos escolares: uma cartografia sobre poder, memória e subjetividade
Rafael Padilha Ferreira . Tainã de Souza ..... 2030

# Movimento LGBTI+: da construção de espaços seguros à institucionalização

Beatriz Elena Barud Silva[434]

Éder Rodrigo Gimenes[435]

**Resumo:** O movimento LGBTI+ no Brasil evoluiu por meio de ações de rua e iniciativas institucionais, incluindo a realização de Paradas do Orgulho e das Conferências Nacionais, que promoveram a visibilidade, reivindicações e diálogo com o Estado. Destaca-se a importância dessas estratégias na construção de direitos e cidadania para as pessoas LGBTI+. Outro marco fundamental foi a criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação com a competência LGBT em 2010 e posteriormente o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em 2023, que representam uma conquista na institucionalização do movimento, por promoverem no âmbito institucional um debate inclusivo e com diversidade de demandas. A partir da metodologia qualitativa de análise documental em legislações e documentos institucionais, bem como da revisão bibliográfica, o trabalho se dedicou ao objetivo de compreender as estratégias de mobilização que contribuíram para o reconhecimento político e ampliação da cidadania LGBTI+. As Paradas do Orgulho, as Conferências Nacionais e os Conselhos Nacionais, além de permitirem o controle social e a formulação de políticas públicas, simbolizam a momentos de inserção da diversidade na agenda pública. A análise do trabalho demonstrou os ciclos de avanço, resistência e reconstrução que marcaram a trajetória do movimento, reafirmando a importância dos espaços, sua capacidade de mobilização e articulação em defesa de direitos, reconhecimento e equidade. Concluímos que tais espaços são fundamentais e capazes de fortalecer a agenda de direitos e consolidar a esfera pública como espaço de representação política da diversidade.

**Palavras-chave:** Movimento LGBTI+; Conferências Nacionais; Esfera Pública; Conselho Nacional.

[434]Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pós-doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ (LEP LGBTI+/UEM) e do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM). E-mail: bebsilva@uem.br

[435] Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado/Doutorado Acadêmico) e em Políticas Públicas (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), docente e bolsista pesquisador do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Coordenador do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ (LEP LGBTI+/UEM), pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM) e do INCT "Representação e Legitimidade Democrática" (REDEM/CNPq). E-mail: ergimenes@uem.br

## 1 INTRODUÇÃO

Só saberemos contar sobre um contexto histórico se dispormos de evidências seguras sobre ele. Partindo deste princípio, o presente trabalho possui o objetivo de contar parte da história do movimento LGBTI+ brasileiro a partir da perspectiva da participação de rua e da participação institucional, pois olhar as duas perspectivas permite uma visão ampliada sobre a potencialidade deste movimento que, embora pareça novo para muitas pessoas, vem há anos se desenvolvendo e se consolidando e assim seguirá, pois a sexualidade e os desejos pessoais não encontram limites na realidade social, que é infinita, como bem ensinou Max Weber.

O trabalho foi desenvolvido com apoio da metodologia de análise documental, que consiste em uma abordagem qualitativa e que permite o estudo de fontes como leis, decretos e documentos gerais. No caso deste trabalho, analisamos o conteúdo de alguns Decretos que envolveram a criação e a extinção do Conselho Nacional, bem como os anais das Conferências Nacionais, além de artigos científicos que solidifiquem os argumentos apresentados.

A escolha pela metodologia de análise documental se justifica por ela apresentar ferramentas que garantem uma análise sem interferências, pois os documentos são fontes mudas em que a informação circula em somente um sentido (Cellard, 2014), cabendo ao pesquisador(a) desvendar seus sentidos.

Esta pesquisa apresenta um breve escopo histórico sobre o desenvolvimento do movimento LGBTI+ a partir da lente analítica dos ciclos (Quinalha, 2023), em seguida amplia parte dessa teoria apresentando o ciclo atual de retomada da institucionalização com a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e, para demonstrar a importância da mobilização e do debate, a última seção explana os temas das Paradas do Orgulho LGBTI+ e das Conferências Nacionais, abrangendo também as disputas em torno do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+), contemplando a história do tempo presente deste movimento e buscando compreender o papel dessas ações na construção e consolidação de direitos, na participação social e na fiscalização das políticas públicas voltadas à população LGBTI+.

É importante salientar a respeito das siglas que aparecerão no trabalho. Os pesquisadores utilizam em suas comunicações a sigla LGBTI+, no entanto, respeitaremos as siglas dos documentos analisados, de modo que, quando estivermos analisando os

Conselhos Nacionais, ora utilizaremos LGBT, pois assim se fazia em 2010, e depois LGBTQIA+, pois desta forma se construiu o Conselho em 2023.

Esse cuidado com as siglas é fundamental para compreender os diferentes momentos históricos e institucionais do movimento, revelando não apenas mudanças terminológicas, mas também avanços na inclusão e na representatividade dentro das instâncias oficiais e espaços de participação. Assim, ao respeitar a nomenclatura de cada período, evidencia-se como a evolução dos Conselhos Nacionais reflete o próprio desenvolvimento das demandas e identidades que compõem a luta LGBTI+ no Brasil, reforçando que a construção de cidadania e direitos é um processo contínuo, adaptável e sensível às diversidades presentes na trajetória do movimento.

O presente trabalho apresenta duas seções de conteúdo, além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte apresentamos os ciclos do movimento LGBTI+ do Brasil e na segunda parte analisamos os três espaços que confluem para o fortalecimento da cidadania: as paradas do orgulho LGBTI+, as Conferências Nacionais e o Conselho Nacional, espaços que foram selecionados por representarem a contestação pública, seja ocupando as ruas, ou experiências institucionalizadas.

## 2 AS PRIMEIRAS REUNIÕES: AFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA, AFETO E SEGURANÇA

Antes de existir uma sigla para organizar um movimento, pessoas homossexuais e que não atendiam aos padrões binários de gênero, marcavam presença em nossa história. Contudo, estes corpos e sujeitos não eram alvos de ações governamentais ou de políticas públicas. Havia uma subcultura desses sujeitos, que não eram alvos do ideário de nação e que para existirem, produziram diferentes formas de interação, união e associativismo (Quinalha, 2023).

A comunidade que se formou para partilhar diversão, afeto, amizade e cuidado foi fundamental para que uma organização política se desenvolvesse em forma de movimento social. No Brasil, a trajetória do movimento LGBTI+ pode ser entendida a partir de ciclos concêntricos, que diferente das ondas, traz consigo a ideia de um contínuo da luta e das reivindicações ao longo da trajetória de existência, de modo que todos os ciclos podem interagir entre si (Quinalha, 2023).

> Na história LGBTI+, devido à persistência de preconceitos e violências, não é raro que demandas que pareciam atendidas em um momento logo precisem ser novamente reivindicadas, afinal, nunca são efetivamente superadas ou saem do papel e acabam sempre se recolocando em um regime de reconhecimento que é sempre precário (Quinalha, 2023. p. 102).

Durante a ditadura militar, encontramos as primeiras organizações LGBTI+ que correspondem ao ciclo *da afirmação homossexual e combate à ditadura*, embora fosse um cenário de repressão, foi na década de 70 que ocorreu a primeira reunião do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais que mais tarde seria rebatizado de Somos (Grupo de Afirmação da Identidade Homossexual) e que no momento de sua criação, lutava pela construção e afirmação de uma identidade homossexual, desencadeando um processo de organização política da comunidade LGBTI+. Neste primeiro ciclo e até meados dos anos 80, os grupos que se formaram funcionavam como espaço de acolhimento e segurança, contribuindo para formar uma consciência coletiva LGBTI+ (Quinalha, 2023).

A década, e o ciclo seguinte, ocorrem nos anos 80, marcado pelo início do processo de abertura democrática, mas também pela epidemia de HIV/Aids que mobilizou o movimento LGBTI+ da época a buscar uma resposta comunitária à epidemia e ao direito à saúde. Neste momento, apesar das divulgações ofensivas da mídia do HIV/Aids como "câncer gay" e do moralismo religioso e médico que incitou quadros de violência, a epidemia permitiu o desenvolvimento de uma gramática comum de reivindicações (Quinalha, 2023) ampliando a esfera pública, como abordaremos na próxima seção.

O ciclo seguinte é marcado pela institucionalização e visibilidade pública com a realização da Assembléia Nacional Constituinte e uma campanha pela inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual, que embora não acatada pelos constituintes, trouxe visibilidade ao movimento: "começava-se a desbravar cada vez mais as possibilidades de disputas institucionais, que apresentavam um horizonte concreto de conquistas, ainda que limitado pela democracia incipiente" (Quinalha, 2023. p. 125).

Este ciclo também é marcado pela campanha pela despatologização da homossexualidade liderada pelo Grupo Gay da Bahia que organizou um abaixo-assinado que contou com apoio de boa parte de entidades científicas, políticos e personalidades públicas. É também neste ciclo que ocorre a primeira edição da Parada do Orgulho LGBTI+, configurando: "uma saída do armário mais definitiva por parte da comunidade" (Quinalha, 2023. p. 125).

O ciclo da *cidadanização, da diversificação e dos direitos*, se inicia na virada dos anos 2000 e combina-se com a busca pela ampliação da cidadania, reivindicando direitos reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo e criminalização da homofobia[436] (Quinalha, 2023). Além da busca por igualdade jurídica, destacamos que os anos 2000 foram marcados pela institucionalização, exemplo disso foi a inclusão da competência LGBT em 2010 no Conselho Nacional de Combate à discriminação, configurando a primeira vez que um órgão do Executivo pensaria políticas públicas de modo exclusivo às pessoas LGBTI+.

Após ciclos de expansão e afirmação das identidades e subjetividades LGBTI+, passamos por um período de grande retrocesso e apagamento das políticas públicas: "quanto mais fechados e conservadores são o regime político e o governo de plantão, maior a tendência em intensificar modos de controle sobre os corpos e sexualidade" (Quinalha, 2023. p. 137). No ciclo do *bolsonarismo* (Quinalha, 2023), conselhos foram extintos com o Decreto nº 9759/19, o discurso de ódio contra pessoas LGBTI+ se intensificou (Araújo; Silva, 2023). A articulação LGBTI+, que mesmo neste cenário de desmonte, permaneceu pautando o descontentamento e chamando atenção para o que se perderia se continuássemos na toada do retrocesso, foi a articulação pública e política dos atores envolvidos nas Paradas do Orgulho LGBTI+.

Após o (des)governo de Jair Bolsonaro, entramos em um novo ciclo para os direitos LGBTI+ a partir do governo Lula III (2023-). Este ciclo que aqui estamos chamando de *ciclo de reconstrução,* consiste em um esforço dos autores em ampliar o escopo histórico produzido por Quinalha (2023) destacando que o movimento LGBTI+ começou a se organizar e, ao fazer isso, foi ampliando seu repertório de atuação. Em 2023, este novo ciclo começou para o movimento, antes mesmo da retomada do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTI+, a nova organização do Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos, através do Decreto nº 11.341/2023 instituiu a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (SLGBTQIA+), com foco de atuação para a promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ (Secretaria Nacional, 2024).

Dentre as competências da Secretaria estão ações de assessoria ao Estado, coordenação de ações e medidas governamentais, articulação com órgão governamentais

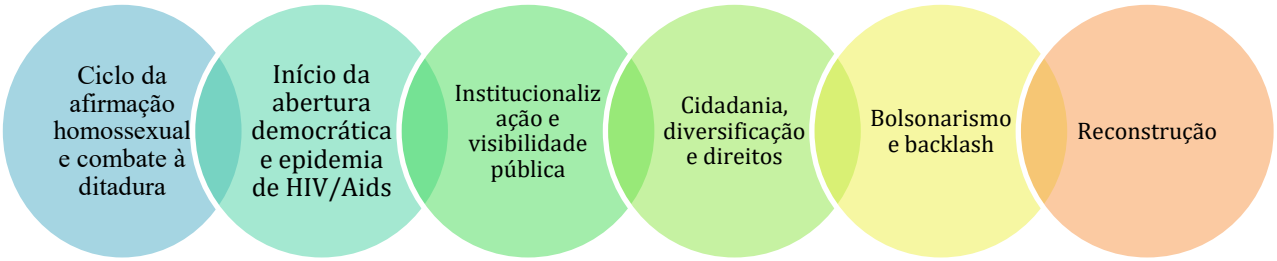
[436]Em outro artigo, também apresentado no 12º CINABETH, os autores deste trabalho, Beatriz Elena e Éder Gimenes, discorrem sobre a cidadania LGBTI+ através das Ações Constitucionais do Supremo Tribunal Federal com o título: **Análise das Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas LGBTI+ no Brasil.**

e não governamentais, fomento a cultura e relações institucionais sempre com vistas à cidadania e direitos das pessoas LGBTQIA+. Para cumprir suas competências, a Secretaria possui um organograma de quatro coordenações gerais, uma diretoria e o gabinete (Secretaria Nacional, 2024).

Uma das coordenações da Secretaria é a Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (Secretaria Nacional, 2024) e o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) também marca o ciclo da reconstrução, pois sua existência, após ter sido apagada em 2019, foi retomada em 2023 com o Decreto nº 11.471/23 com natureza consultiva e deliberativa de ações e medidas que refiram-se as pessoas LGBTQIA+ (Brasil, 2023).

Os dois espaços institucionalizados – secretaria e conselho – são a grande expressão desde ciclo de reconstrução, pois ambos trouxeram atores políticos que representam e participam dos espaços de tomada de decisão como pessoas LGBTQIA+, fato que é substancial também para a reconstrução democrática. A seguir, apresentamos a Imagem 1 como representação e interpretação dos ciclos, reforçando a hipótese de que o núcleo de cada ciclo se encontra, denotando que o movimento LGBTI+ tem uma construção histórica e contínua em que, mesmo conquistas de um determinado momento, podem retornar ao cenário de reivindicação, ou nele persistir por longos anos.

**Imagem 1.** Ciclos do movimento LGBTI+ no Brasil




Fonte: Elaborado pelos autores, em diálogo com Quinalha (2023).

A relação entre os ciclos denotam a persistência de perspectivas de lutas, pautas, demandas e refluxos ao longo do tempo, no sentido de que mesmo o processo de reconstrução em que nos encontramos atualmente possa ser revertido a momentos e situações múltiplas, desde a defesa de campanhas de conscientização com relação aos

cuidados relacionados ao HIV/Aids até retrocessos diante de governos com projetos políticos conservadores sob a perspectiva moral, por exemplo.

## 3 A CONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA LGBTI+

O conceito de esfera pública aqui aparece como o local onde há livre interação de grupos, associações e movimentos com um objetivo central de promover o debate democrático. Na esfera pública os indivíduos interagem entre si e debatem as decisões da autoridade política, incorporando a pluralidade no debate público (Avrtizer, 1999). Essa dinâmica permite que diferentes vozes e experiências sejam reconhecidas e legitimadas, favorecendo o avanço das pautas LGBTI+ ao longo dos ciclos históricos de afirmação, resistência e reconstrução. A ampliação da esfera pública, especialmente em momentos marcados por desafios como a epidemia de HIV/AIDS, não só evidenciou a existência das pessoas LGBTI+ como também fortaleceu o debate acerca da inclusão e dos direitos fundamentais desse grupo.

Nesta parte do trabalho abordaremos três espaços – Paradas do Orgulho, Conferências Nacionais e o Conselho Nacional – que são essenciais para que temas e reivindicações de pessoas LGBTI+ ocupem o espaço público. Há que se mencionar que a noção de esfera pública homossexual se desenvolveu, ou se ampliou com a epidemia da HIV/AIDS que trouxe à tona questões de saúde pública e da importância de ser debater sobre sexo seguro para toda a população, ao mesmo tempo se produziu o estigma de comportamento de risco de pessoas homoafetivas, um complexo paradoxo que permeia ainda hoje a luta do movimento LGBTI+.

> O vírus da aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o *outro*, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum (Trevisan, 2018. p. 425)

Portanto, sem a intenção de nos aprofundarmos nos desdobramentos do HIV/AIDS neste trabalho, partimos tão somente da perspectiva que tal momento histórico ampliou o debate, mostrou que as pessoas LGBTI+ existiam como sujeitos que amam, que desejam e que precisam ser incluídos em decisões públicas.

A ocupação de espaços públicos e institucionais revela o potencial transformador do diálogo coletivo e da mobilização social, sendo essencial para que temas e reivindicações ganhem visibilidade e repercussão. Partindo de tal premissa, a

seguir apresentamos três espaços distintos de encontro e organização de pautas LGBTI+ com o objetivo de demonstrar que o movimento LGBTI+ há tempo vem reivindicando acesso e garantias fundamentais, quais sejam: as paradas de orgulho, as conferências nacionais e o conselho nacional.

## 3.1 PARADAS DO ORGULHO LGBTI+

Parte do objetivo deste trabalho reside em conectar os temas das paradas do Orgulho LGBTI+ com os temas as Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas LGBTI+ em uma aproximação analítica que demonstre a ocupação da esfera pública com temas e reivindicações do movimento LGBTI+ em dois espaços distintos, porém conectados, a rua e a institucionalidade. Neste primeiro momento, destacamos o desenvolvimento das paradas do Orgulho LGBTI+ e elencamos seus temas, para em seguida verificar como a voz das ruas se amplificou para o espaço institucionalizado das Conferências Nacionais.

As Paradas do Orgulho LGBTI+ iniciaram na década de 1990 entre o eixo Rio e São Paulo e com o tempo se ampliaram para outros Estados da Federação (Quinalha, 2023). A inspiração para as Paradas e também o que as diferencia de outras manifestações de rua, foram as marchas do orgulho realizadas em outros países como Estados Unidos para celebrar a revolta de Stonewall, caracterizada como a resistência de pessoas LGBTI+ face a violência policial. O mote que se intensificou após Stonewall é de que ela seria uma revolta, agora precisamos de uma revolução[437].

Após Stonewall, um caldo primitivo para reivindicações e lutas por direitos e cidadania LGBTI+ se espalhou em diferentes regiões do mundo. No Brasil, o primeiro ato convocado por homessexuais foi uma manifestação de rua em junho de 1980; em 1995, outra marcha ocorreu após a Conferência da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo e em 1997 um encontro, sem marcha, de cerca de 500 pessoas com cartazes contra a discriminação. Estes eventos podem ser entendidos como momentos de organização anteriores a parada do orgulho LGBTI+ (Quinalha, 2023).

[437] Estra frase é original da língua inglesa: *"Stonewall was a riot and now we need a Revolution"* e não há um(a) autor(a) definido(a), mas a frase estampa broches, camisetas e cartazes nos anos pós Stonewall (nota dos autores).

As experiências compartilhadas e o sentimento de pertencer a um movimento organizado, a ser e estar em uma das letras da sigla, contribuiu para ampliar momentos de reivindicação. As Paradas do Orgulho LGBTI+ acontecem desde 1997 e somam 29 edições, cada uma com seu tema e a cada edição se somam participantes em torno de reivindicações políticas. Em cada edição há luta por direitos, inclusão, visibilidade e cidadania, que desde sempre foram reivindicados pelo movimento LGBTI+.

Os temas da Parada (quadro 01), trazem consigo questões políticas fundamentais, destacamos o tema da 28ª parada sobre a importância do voto consciente. O engajamento político em espaços de ampla visibilidade contribui significativamente para o fortalecimento da democracia, além de demonstrar a capacidade dos atores dos movimentos sociais de analisar a conjuntura política e promover a ampliação da consciência política em um país marcado por elevados índices de violência motivada por LGBTIfobia.

## 3.2 AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Outro espaço de reivindicação, as Conferências Nacionais compõe o campo de estudo da participação política, mais especificamente das Instituições Participativas que representam espaços de participação e engajamento politico acoplados ao Estado. As Conferências Nacionais se caracterizam pela reunião entre atores governamentais e não governamentais para discussão de políticas públicas em torno de um tema especifico, portanto, elas são organizadas para que grupos de trabalho e uma plenária final articulem diferentes vozes e como resultado, um documento final contendo diretrizes é produzido e apresentado para outros espaços de tomada de decisão como o Poder Legislativo (Silva; Gimenes; Silva, 2025).

Nesse sentido, as Conferências Nacionais dos Diretos das Pessoas LGBTI+ representam o momento de encontro entre os atores interessados tanto no âmbito governamental, quanto do movimento social, para que políticas públicas sejam pensadas e a cidadania seja ampliada, por conectar atores de diversas regiões do país, as Conferências também são fundamentais para fornecerem um panorama geral da situação dos direitos LGBTI+ em nosso país.

Para construir a análise das três Conferências que foram realizadas[438], utilizamos como material de pesquisa os Anais das Conferências, em específico a leitura do item apresentação para traçar linhas gerais sobre as Conferências, por essa razão, reforçamos que os Anais das Conferências são documentos ricos em informações e que podem ser desdobrados em diferentes estudos.

A primeira Conferência Nacional realizada em 2008 teve como tema: Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT[439] e representou um marco fundamental na institucionalização do movimento LGBTI+, pois o Brasil foi o primeiro país a convocar uma conferência sobre o tema. Na introdução dos Anais, foi destacado que a preocupação central era revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos, visando a inclusão de ações para pessoas LGBTI+, além disso, na introdução, destacou-se que promover a Conferência era um passo na conscientização dos gestores públicos e também do fortalecimento do controle social de políticas públicas (Brasília, 2008).

A segunda Conferência Nacional ocorreu em 2011 com o tema: Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Na parte introdutória dos Anais dessa conferência, destacamos a menção feita as etapas municipais e estaduais, informando que foram realizadas 27 conferências nessas etapas (Brasília, 2011)

As etapas municipais e estaduais são fundamentais para que uma Conferência Nacional ocorra a contento, pois demandas se constroem a partir do município, são debatidas nos Estados e apresentadas em nível nacional, permitindo um olhar amplo e democratizante sobre aspectos sociais. Essas etapas, não apenas enriquecem o processo deliberativo, mas também promovem o amadurecimento democrático ao incorporar múltiplas vozes e realidades regionais na construção coletiva de políticas públicas. Ao serem valorizadas e bem executadas, elas contribuem para o

[438] Em que pese a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTI+ tenha sido realizada em outubro de 2025, até a data de fechamento deste trabalho [30/11/2025] o documento completo dos Anais da Conferência ainda não estava disponível para análise.

[439] A sigla do movimento LGBTI+ foi se alterando com o tempo e profunda identificação com a evolução do próprio movimento. No Brasil, quando o primeiro grupo organizado surgiu, o Somos em 1978, a sigla utilizada era MHB – Movimento Homossexual Brasileiro. Quando ocorreu a 1ª Parada, a sigla era GLT – Gays, Lésbicas e Travestis. Depois se alterou para GLBT, até chegar em LGBT em 2008. Recentemente, encontramos a utilização da sigla LGBTQIA+ nos documentos da Secretaria Nacional, por exemplo, e o que se estabelece como melhor alternativa, é utilizar uma sigla inclusiva e que deixe espaço para novas identificações que possam surgir. Os autores utilizam a sigla LGBTI+ em suas pesquisas.

fortalecimento das conferências como instrumentos legítimos de cidadania, evidenciando que o envolvimento de diferentes territórios e agentes sociais é essencial para que as decisões tomadas em nível nacional reflitam as necessidades reais e diversificadas da população.

Ainda sobre a análise da introdução dos Anais desta 2ª Conferência, houve um destaque ao fato de que ela representou um amadurecimento da democracia, no sentindo de reforçar as conferências como instrumento de construção coletiva da cidadania (Brasília, 2011).Esse reconhecimento reforça a relevância das etapas participativas e do envolvimento plural de diferentes segmentos da sociedade na consolidação dos direitos das pessoas LGBTI+, evidenciando que a realização da Conferência não apenas ampliou o debate sobre cidadania, mas também fortaleceu a articulação entre Estado e sociedade civil.

Em 2016, a terceira Conferência Nacional foi realizada e o tema foi: Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. A introdução do documento destacou a assinatura do Decreto Presidencial nº 8727/16 que versava sobre o uso do nome social e do reconhecimento da identidade de gênero para pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública (Brasília, 2016).

Além disso, o documento destacou a trajetória de conquistas após a realização da 1ª e a 2ª edição, mencionando que, após a 1ª Conferência uma Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de pessoas LGBT foi criada em 2009 acoplada à estrutura da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2010 foi instituído o dia 17 de maio como Dia Nacional de Combate à homofobia e em 2011 inclui-se o módulo LGBT ao Disque 100 (Disque Direitos Humanos). Também se destacou que, após a 2ª Conferência, o Comitê Técnico de Cultura LGBT foi criado em 2012 e o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi lançado em 2013 e em 2014 o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT foi implementado (Brasília, 2016).

Em 2025, cerca de 09 anos após a realização da última edição, ocorrerá, em outubro, a 4º Conferência Nacional com o tema: Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. No documento orientador destaca-se a importância de espaços de participação na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (Brasília, 2025). Este trecho poderia passar despercebido, no entanto, consideramos de suma relevância destacá-lo uma vez que as Instituições Participativas se reinventaram

após ações de desmonte que permearem o país entre 2019 e 2024, principalmente o Decreto nº 9759/19, ponto que será explorado no último tópico deste trabalho.

Ainda sobre a 4ª Conferência, o documento orientador descreve que o tema da Conferência partiu do entendimento de que a construção de uma política nacional acontecerá: "com o envolvimento da diversidade geográfica, histórica, social e cultural da população LGBTQIA+ do norte ao sul do país" (Brasília, 2025) reforçando não só a importância crucial de debater em uma democracia, mas também a essencialidade da diversidade para que se fato se promovam políticas públicas que visem mitigar desigualdades e invisibilidades.

O documento orientador da 4ª Conferência apresenta dados sobre as Conferências anteriores mencionando que a 1ª Conferência contou com 569 delegados entre representantes do Poder Públicos e da sociedade civil; a 2ª Conferência teve a participação de 565 delegados e na 3ª Conferência participaram 845 delegados (Brasília, 2025). O número de participantes ao longo das edições demonstra a permanência do movimento LGBTI+ organizado e interessado em debater seus direitos e sua cidadania.

Para o Movimento LGBTI+ ter seu mínimo existencial garantido, tanto as movimentações que ocorrem no nível das ruas, com as Paradas do Orgulho LGBTI+ sendo a maior expressão, quanto as movimentações que se desenvolvem em espaços institucionalizados como as Conferências Nacionais, são fundamentais, pois vocalizam ações e demandas do movimento, reúnem atores interessados e geram tensionamentos ao Poder Público.

Para elucidar tais pontos, desenvolvemos o Quadro 01 que em uma coluna aglutina as edições da Parada, em outra demonstra seus temas e na terceira coluna destaca o ano de realização e na última o tema da Conferência, no intuito de demonstrar a influência e a importância conjunta destes dois espaços de reivindicação.

A perspectiva foi de demonstrar tanto a resiliência quanto as diferentes pautas do movimento LGBTI+ ao longo do tempo, com temáticas que perpassam aspectos históricos, políticos, culturais e sociais, mantendo-se a recorrência da mobilização social independentemente dos grupos políticos que ocuparam o Poder Executivo Federal.

O quadro, por outro lado, evidencia que o compromisso com a realização de Conferências não é pragmático do Estado brasileiro, o que constata-se por sua ocorrência apenas quando governantes do Partido dos Trabalhadores (PT) ocupa(va)m a presidência da República. Portanto, a institucionalidade das Conferências, em sentido

prático, depende de governos progressistas; daí a ausência de mais edições do referido instrumento participativo e do período de quase uma década sem sua convocação.

**Quadro 01.** Edições e temas da Parada do Orgulho LGBTI+ e das Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas LGBTI+

| **Edições da Parada** | **Temas da Parada** | **Edições das Conferências Nacionais** | **Temas das Conferências Nacionais** |
|---|---|---|---|
| 1ª Parada do orgulho GLT - 1997 | Somos muitos, estamos em todos os lugares e em todas as profissões | | |
| 2ª Parada do orgulho GLT - 1998 | Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos | | |
| 3ª Parada do orgulho GLBT 1999 | Orgulho Gay no Brasil, rumo aos anos 2000 | | |
| 4ª Parada do orgulho Gay - 2000 | Celebrando o orgulho de viver a diversidade | | |
| 5ª Parada do orgulho Gay - 2001 | Abraçando a diversidade | | |
| 6ª Parada do orgulho Gay - 2002 | Educando para a diversidade | | |
| 7ª Parada do orgulho Gay - 2003 | Construção de políticas homossexuais | | |
| 8ª Parada do orgulho GLBT - 2004 | Temos família e orgulho | | |
| 9ª Parada do orgulho GLBT -2005 | Parceria Civil já! Direitos iguais: nem menos, nem mais | | |
| 10ª Parada do orgulho GLBT - 2006 | Homofobia é crime! Direitos sexuais são direitos humanos | | |
| 11ª Parada do orgulho GLBT- 2007 | Por um mundo sem racismo, machismo e homofobia | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **12ª Parada do orgulho GLBT - 2008** | **Homofobia mata! Por um Estado laico de fato** | **1ª Conferência Nacional** | **Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT** |
| 13ª Parada do orgulho LGBT -2009 | Sem homofobia, mais cidadania. Pela isonomia dos direitos | | |
| 14ª Para do orgulho LGBT - 2010 | Vote contra a homofobia. Defenda a cidadania | | |
| **15ª Parada do orgulho LGBT - 2011** | **Amai-vos uns aos outros. Basta de homofobia** | **2ª Conferência Nacional** | **Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** |
| 16ª Parada do orgulho LGBT - 2012 | Homofobia tem cura: educação e criminalização | | |
| 17ª Parada do orgulho LGBT - 2013 | Para o armário nunca mais! União e conscientização na luta contra a homofobia | | |
| 18ª Parada do orgulho LGBT - 2014 | País vencedor é país sem homolesbotransfobia: chega de mortes! Criminalização já | | |
| 19ª Parada do orgulho LGBT - 2015 | Eu nasci assim. Eu cresci assim. Vou ser sempre assim. Respeitem-me | | |
| **20ª Parada do orgulho LGBT - 2016** | **Lei de identidade de gênero já! Todas as pessoas juntas contra a transfobia** | **3ª Conferência Nacional** | **Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais** |
| 21ª Parada do orgulho LGBT - 2017 | Independente das nossas crenças nenhuma religião é lei. Todas e todos por um Estado laico | | |
| 22ª Parada do orgulho LGBT - 2018 | Poder para LGBTI+. Nosso voto, nossa voz | | |
| 23ª Parada do orgulho LGBT - 2019 | 50 anos de Stonewall. Nossas | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | conquistas, nosso orgulho de ser LGBT+ | | |
| 24ª Parada do orgulho LGBT – 2020 (virtual) | Sejamos o pesadelo dos que querem roubar nossa Democracia | | |
| 25ª Parada do orgulho LGBTI+ - 2021 (virtual) | HIV/AIDS: Ame+, Cuide+, Viva+ | | |
| 26ª Parada do orgulho LGBTI+ - 2022 | Vote com orgulho – por uma política que representa. | | |
| 27ª Parada do orgulho LGBTI+ | Nossas Conquistas, Nossas Lutas, Nossa cidadania: Para uma vida sem mortes violentas de LGBT. | | |
| 28ª Parada do orgulho LGBTI+ | Basta de Negligência e Retrocesso no Legislativo: vote consciente por direitos da população LGBT+ | | |
| **29ª Parada do orgulho LGBTI+** | **Envelhecer LGBT+: Memória, Resistência e Futuro** | **4ª Conferência Nacional** | **Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.** |

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 3.3 UM CONSELHO EM DISPUTA

Após esta breve análise dos dois espaços de reivindicação, foi possível perceber que ambos são fundamentais para a democracia e, cada um a sua maneira, assume compromissos com o exercício da cidadania. A participação nas Paradas do Orgulho LGBTI+ é mais plural, contudo, a institucionalidade das conferências permite acessar atores governamentais com poder de agenda. Nossa tarefa, enquanto pessoas LGBTI+ engajadas na luta social consiste em, daqui em diante, buscar pela consolidação de ambos os espaços e lutar por sua permanência.

Para complementar a análise deste estudo, após as considerações anteriores, este tópico pretende apresentar as disputas em torno do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Em 2010, o Decreto nº 7388 alterou a finalidade e a

competência do Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) criado em 2001 com a finalidade de promover políticas públicas que promovessem a igualdade a grupos sociais afetados por intolerância e, no ano de 2010, acrescentou-se ao CNCD a competência exclusiva para promover ações voltadas ao combate da discriminação dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (Brasil, 2010). A partir deste momento o conselho passou a ser CNDC/LGBT com atribuições para elaborar prazos e metas para o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para pessoas LGBT; apresentar sugestões ao plano plurianual; realizar campanhas e estudos voltados às pessoas LGBT (Brasil, 2010).

Portanto, em 2010, o país passou a contar com um espaço institucional de engajamento político para pessoas LGBTQIA+, representando uma conquista tanto do movimento social, quanto da democracia com o incremente deste espaço. Um Conselho nacional de direitos e políticas públicas representa uma dimensão da democracia participativa essencial para garantir a participação dos cidadãos para além do momento do voto e também para incluir no debate público atores sociais com diferentes visões no intuito de desenvolver uma política pública eficiente.

Para demonstrar a relevância da inclusão da competência LGBT ao CNDC, buscamos a ata da 1ª assembleia ordinária do conselho de dezembro de 2011. Neste encontro, os conselheiros se debruçaram sobre um bloco de votações sobre demandas legislativas, destacando a importância do Projeto de Lei Complementar 122/2006 que visava a criminalização da homofobia e do Projeto de União Estável, e um dos conselheiros destacou que devido ao ambiente político do Congresso Nacional, era importando concentrar esforços nestas duas propostas. Houve menção também a importância da Presidência da República em priorizar a aprovação de leis pró-LGBT.

A trajetória do CNDC/LGBT foi interrompida em 2019 com o Decreto nº 9759/19 que revogou órgãos colegiados instituídos por decreto e com o Decreto nº 9883/19 que retirou a competência LGBT do conselho. É importante mencionar que o Conselho Nacional de Combate à Discriminação foi primeiro extinto e depois recriado na presidência de Jair Bolsonaro, mas com apagamento das pessoas LGBTI+ (Araújo; Silva, 2023). Essa lacuna permaneceu até 2023, quando o Decreto nº 11. 471/23 que revogou os Decretos da gestão anterior (9883/19 e 9759/19) e instituiu o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) alocado no Ministério dos Direitos Humanos. A criação do CNLGBTQIA+ também se alinha a diretrizes de igualdade,

diversidade e compromisso com a participação social. Na mesma reunião, decidiram a distribuição dos conselheiros nas Câmaras Técnicas (Brasília, 2011).

O ponto que gostaríamos de destacar, salientando que outras ações do CNCD/LGBT poderiam ser analisas em profundidade, é a consonância entre os diferentes espaços de articulação do movimento LGBTI+, de modo que tanto em edições da Parada do Orgulho LGBTI+ ou das Conferências Nacionais, a preocupação com aprovar leis, criminalizar a homofobia, reconhecer a união civil, dentre outras demandas, ecoam por todos estes espaços, razão pela qual todos são fundamentais. Em que pese atualmente a população LGBTI+ ter sua cidadania garantida por meio de ações constituições do Supremo Tribunal Federal (STF), é fundamental lutar todos os dias por garantias legais. Exemplo disso se faz na questão da união civil entre pessoas do mesmo sexo, que o STF reconheceu em 2011, mas que em 2023 enfrentou um revés político que se iniciou com a proposição do Projeto de Lei 580/07 que visa incluir no Código Civil a união entre pessoas do mesmo sexo, mas que que tramita apensando ao Projeto de Lei 5167/09 que visa o contrário, pedindo pela proibição de que as relações homoafetivas se assemelhem a uniões heterossexuais. Em 2023, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o projeto (atualmente, em novembro 2025, o PL 580/07 e o 5167/09 estão na Comissão de Constituição e Justiça com relatoria atribuída a Deputada Erika Hilton) (Brasil, 2007).

Os embates em torno da existência e permanência de direitos das pessoas LGBTI+ estão longe de chegarem ao fim no Brasil. Embora tenhamos avanço bastante, ainda há muito o que se conquistar. E, no tocante as conquistas, o CNLGBTQIA+, recriado em 2023, contempla a participação de dezenove representantes governamentais e dezenove da sociedade civil, o que permite um debate inclusivo e que perpassa diferentes demandas da população. Em uma cartilha da Secretaria Nacional dos Direitos das pessoas LGBTQIA+, há menção da relevância dos conselhos como instâncias participativas que promovem uma nova institucionalidade, destacando que: “os conselhos representam a vontade política da sociedade, não uma mera formalidade legal” (Secretaria Nacional..., 2024. p.33).

Portanto, um Conselho representa a inclusão de novos atores que possuem vínculo com a temática do conselho que estão inseridos, além de funcionar como uma ferramenta de controle social, pois além das reuniões, os conselheiros também aprovam

moções, notas de apoio ou repúdio a ações dos três poderes, bem como participam de Câmaras técnicas e assessorias (Silva, 2025).

Para completar a análise da transformação dos espaços de encontro e manifestação da população LGBTI+, vamos apresentar em resumo as moções de 2025 do CNLGBTQIA+ no intuito de reforçar a importância da existência deste espaço. A primeira nota de repúdio de 2025 se dirigiu a empresa Meta e sua política que permitia associais identidade de gênero e orientação sexual a doenças mentais nas redes do Facebook, Instagram e Threads, representando um alinhamento aos discursos de ódio. O Conselho, na ocasião da moção, alertou para o impacto da medida na perpetuação de violências. A segunda moção também foi uma nota de repúdio contra a empresa Amazon que mudou sua política de diversidade, equidade e inclusão, excluindo compromissos com direitos LGBTQIA+. E a última moção de 2025, também uma nota de repúdio, se dirige a Resolução nº 2427 do Conselho Federal de Medicina que estabelecia restrições ao atendimento e prescrição de bloqueadores hormonais no tratamento de pessoas com incongruência ou disforia de gênero. O CNGLGBTQIA+ entendeu que a resolução reforçava a permanência história de desigualdade, enfraquecendo políticas públicas de inclusão (Brasília, 2025).

Portanto, a atuação do CNLGBTQIA+ está para além das reuniões ordinárias e extraordinárias ou da organização das Conferências Nacionais, embora estas competências por si só sejam essenciais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, mas, a atuação do Conselho vai além e fiscaliza a atuação de outras entidades ou segmentos que não estejam colaborando com a inclusão de pessoas LGBTI+. Consideramos fundamental a existência do Conselho como entidade promotora do controle social, com seus conselheiros atuando como olhos e ouvidos das pessoas LGBTI+ em diferentes espaços. Essa atuação é essencial para fortalecer a democracia participativa, pois permite que as demandas históricas sejam incorporadas à agenda pública por meio de diálogo direto entre sociedade civil e instâncias governamentais.

## 4 CONCLUSÃO

Este trabalho chega ao fim deixando muitas possibilidades de análise a partir destes objetos. O que pretendíamos era construir a trajetória a partir do tempo presente e olhando um pouco para trás, pois acreditamos que as pesquisas possuem a finalidade de guiar as pessoas que virão em um futuro mais democrático e inclusivo.

As análises realizadas demonstram que tanto as ações nas ruas, por meio das Paradas do Orgulho, quanto as instâncias institucionais, como as Conferências Nacionais e os Conselhos, desempenham papéis fundamentais na construção e na afirmação dos direitos da população LGBTI+. Além disso, as disputas em torno do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC/LGBT) e mais recentemente do Conselho Nacional LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) revelam as diferentes fases de enfrentamento e resistência do movimento diante de interesses políticos, retrocessos e tentativas de deslegitimação.

Os cenários aqui evidenciados, demonstram que a luta por direitos da população LGBTI+ é marcada por avanços significativos, mas também por constantes desafios e retrocessos institucionais. A existência e o fortalecimento das instâncias participativas são essenciais para garantir que as vozes da sociedade civil sejam ouvidas e que demandas históricas de inclusão e respeito sejam efetivamente incorporadas à agenda pública. Ao mesmo tempo, as manifestações nas ruas reafirmam a importância da mobilização social como mecanismo de pressão e resistência diante de eventuais tentativas de deslegitimação. Portanto, a atuação articulada entre espaços institucionais e movimentos sociais é central para promover mudanças reais e consolidar uma cidadania plena e diversa para todas as pessoas LGBTI+ no Brasil.

Nesse sentido, é possível afirmar que a persistência e a renovação das estratégias, tanto nos espaços institucionais quanto nas mobilizações sociais, são decisivas para enfrentar os desafios impostos pelo contexto político e social brasileiro. O fortalecimento das instâncias participativas e o engajamento contínuo da sociedade civil promovem não apenas conquistas legislativas e políticas, mas também a construção de narrativas que valorizam a pluralidade e o respeito às diferenças. Ao integrar controle social com práticas democráticas e de protagonismo coletivo, abre-se caminho para uma cidadania mais efetiva e para o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira. Dessa forma, o compromisso com a inclusão e com o debate público qualificado se apresenta como motor central para o avanço dos direitos das pessoas LGBTI+ e para a consolidação de uma trajetória marcada pelo respeito, dignidade e justiça social, alinhando-se aos valores de uma democracia participativa e plural.

**Referências**


ARAÚJO, R. de P. A.; SILVA, B. E. B. Estudo de caso sobre os Conselhos Nacionais no Governo Jair Bolsonaro (2019-2022). **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 12, n. 2, p. 24–39, 2022. DOI: 10.5902/2236672586439. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/86439. Acesso em: 20 nov. 2025.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública e participação local. **Sociologias**, *[S. l.]*, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/6925. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 580, de 2007**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva. Brasília, 27 mar. 2007. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=346155 >. Acesso em 22 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 7.388 de 2010.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7388.htm. Acesso em 22 nov. 2025.

BRASÍLIA. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT. Ata n.º 001-RO da 1.ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 29 e 30 de março de 2011. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/reunioes/ata-001-ro>. Acesso em: 22 nov. 2025

BRASÍLIA. **Conselho Nacional de Combate a Discriminação**. Texto Base da 1ª Conferência Nacional, 2007. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-1a-conferencia-nacional-lgbt-1>. Acesso em 17 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Conselho Nacional de Combate a Discriminação**. Anais da 1ª Conferência Nacional**,** 2008. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>. Acesso em 17 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Conselho Nacional de Combate a Discriminação**. Anais da 2ª Conferência Nacional**,** 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-2a-conferencia-nacional-lgbt-1>. Acesso em 17 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Conselho Nacional de Combate a Discriminação**. Anais da 3ª Conferência Nacional**,** 2016. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1.pdf>. Acesso em 17 jul. 2025.

BRASÍLIA. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.** Documento orientador para a realização das conferências preparatórias locais, estaduais, livres e do Distrito Federal para a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024. Disponível em:<gov.br/participamaisbrasil/documento-orientador-para-as-etapas-da-4-conferencia-nacional-lgbtqia3>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CELLARD, A. **A análise documental** A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

QUINALHA. R. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Cadernos LGBTQIA+ Cidadania**. v. 1. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-

por-temas/lgbt/campanhas-lgbtqia/lgbtqia-cidadania/publicacoes/cadernos_lgbt-volume-1_digital_.pdf>. Acesso em 21 nov. 2025.

SILVA, B. E. B. **Breve análise da atuação dos movimentos sociais que compõem o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) entre 2023 e 2025**. [s.l.]: [s.n.], 2025. Disponível em: https://260ca07e-f538-4f9f-920f-50e6169271d0.filesusr.com/ugd/98cf95_278d0b248d2941929ee7863a90bffe55.pdf. Acesso em 23 nov. 2025.

SILVA, B. E. B; GIMENES, E. R.; SILVA, S. K. V. da. Impactos de Conselhos e Conferências sobre a conformação de políticas públicas no Brasil. In: **Anais do Simpósio de Políticas Públicas (PDPP***)*, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2025. ISSN 2527-0133.Disponível em: https://www.pdpp2025.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=20#B. Acesso em: 17 jul. 2025.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. Ed. Rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.